

O ENSINO REMOTO EM UMA REDE MUNICIPAL: desafios e resistências

Mauro Augusto Burkert Del Pino¹

Gilceane Caetano Porto²

Eugênia Antunes Dias³

Annelise Costa de Jesus⁴

Giovanna Allegretti⁵

Fernanda Arndt Mesenburg⁶

João Carlos Roedel Hirdes⁷

Leticia Gabrieli Vivian Garcia⁸

Eixo 10 - Alfabetização e ensino remoto: desafios, aprendizados e perspectivas.

Resumo:

O artigo apresenta dados parciais da pesquisa nacional intitulada “ALFABETIZAÇÃO EM REDE: uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia Covid-19 e da recepção da PNA pelos docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do E.F.” Está sendo desenvolvida pelo Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Educação Pública – GIPEP/UFPel, que faz parte da pesquisa nacional. Utiliza os dados coletados para atingir o objetivo de investigar as alterações decorrentes da pandemia da covid-19 em uma rede de ensino municipal do Rio Grande do Sul e os desafios postos por essas modificações para as professoras. Contou com a participação de 158 professoras através de uma metodologia

¹ Doutor em Educação. Professor da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Coordenador do PPGE/UFPel. Líder do GIPEP. Contato: mauro.pino1@gmail.com

² Doutora em Educação. Professora da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Líder do GIPEP. Contato: gilceanep@gmail.com

³ Doutora em Educação Ambiental. Professora da Faculdade de Educação na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Pesquisadora do GIPEP. Contato: eugeniaad@gmail.com

⁴ Graduanda em Pedagogia na Faculdade de Educação da UFPel. Bolsista PIBIC - CNPq. Pesquisadora do GIPEP. Contato: annelise_cj@hotmail.com

⁵ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPel. Pesquisadora do GIPEP. Contato: contatogallegretti@gmail.com

⁶ Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPel. Pesquisadora do GIPEP. Contato: fernandamesenburg@gmail.com

⁷ Doutorando em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da UFPel. Pesquisador do GIPEP. Contato: joacrh@gmail.com

⁸ Graduanda em Pedagogia na Faculdade de Educação da UFPel. Bolsista RP- Pedagogia Pedagógica- CAPES. Pesquisadora do GIPEP. Contato: leticia_garcia1815@hotmail.com

quali-quantitativa, que se utilizou de questionário e de rodas de conversa. Como resultados parciais, identificamos que sucessivas reformas têm enfraquecido o Estado que não atuou de forma a diminuir os impactos da pandemia na educação pública. Ao contrário, tem favorecido e empresariamento da educação. As professoras da rede mostraram um grande compromisso no enfrentamento das dificuldades do ensino remoto, mas este não tem se mostrado eficaz para dar conta das necessidades de ensino e aprendizagem e nem de forma satisfatória para manter o vínculo das crianças com a escola.

Palavras-chaves: Ensino remoto; anos iniciais; educação pública; trabalho docente.

Introdução

A dramática crise sanitária que acometeu o mundo em 2020 avolumou consequências em todas as áreas da convivência humana. Em março daquele ano, a Organização Mundial da Saúde declarou o estado de pandemia em decorrência do novo coronavírus, surpreendendo a humanidade de modo geral, apesar das experiências recentes da SARS na China e do Ebola na África Ocidental. Contudo, como registra Harvey (2020), a possibilidade de sermos acometidos por pandemias desta ordem sempre esteve no horizonte.

Desde então, o Brasil tem ocupado lugar de destaque internacional em razão da insuficiência de medidas governamentais, principalmente em âmbito federal, para dar resposta às consequências multidimensionais da pandemia, colaborando para que a América do Sul figurasse, no segundo trimestre de 2021, como o epicentro da pandemia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2021).

A educação acabou se tornando uma das áreas mais atingidas desde então, aprofundando o caráter excludente que historicamente a tem acompanhado. Estudos recentes do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) , mostram que, em novembro de 2020, “5.075.294 crianças e adolescentes de 6 a 17 anos estavam fora da escola ou sem atividades escolares, o que corresponde a 13,9% dessa parcela da população em todo o Brasil” (CENPEC/UNICEF, 2021, p.44).

É este cenário de desolação que motivou a formação de uma rede que conta com 27 universidades, que elaborou a pesquisa nacional “ALFABETIZAÇÃO EM REDE: uma investigação sobre o ensino remoto da alfabetização na pandemia Covid-19 e da recepção da PNA pelos docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do E.F.”, cujo objetivo é investigar a política nacional de alfabetização (PNA) e, ao mesmo tempo, o ensino remoto da alfabetização durante a Pandemia Covid-19.

Para este artigo, o GIPEP - UFPel, integrante dessa rede, realizou um recorte da pesquisa nacional e focou a investigação em um município do interior do Rio Grande do Sul, a fim de utilizar os dados da pesquisa nacional com o objetivo de investigar as alterações

decorrentes da pandemia da covid-19 na rede de ensino em função do ensino remoto e os desafios postos por essas modificações para as professoras. Para tanto, além da análise dos dados empíricos obtidos na pesquisa, discutiremos as modificações decorrentes do ensino remoto à luz das reorientações impostas pelas reformas no campo das políticas educacionais.

Metodologia

Esta investigação foi desenvolvida a partir de uma metodologia de abordagem quali-quantitativa, tomando por base os dados coletados pela pesquisa nacional “ALFABETIZAÇÃO EM REDE”, obtidos através de um questionário respondido por 14.730 professoras de todo país. Com o recorte proposto, selecionamos as respostas das professoras de uma rede municipal do interior do estado do Rio Grande do Sul, totalizando 158 respondentes.

O questionário é composto por 34 perguntas versando sobre os seguintes aspectos, divididos em 4 blocos: 1) perfil profissional; 2) formação continuada; 3) políticas de alfabetização/documentos oficiais; e 4) ensino remoto. Para este artigo, tomamos como ênfase as questões que se referem ao bloco 4, ensino remoto.

Após a análise dos questionários, foram realizadas quatro rodas de conversa com professoras da rede que se disponibilizaram a dar seguimento à pesquisa. Essas rodas, ou grupos focais (BACKES; COLOMÉ; ERDMANN; LUNARDI, 2011), tinham como objetivo ampliar as possibilidades de diálogo e análise acerca dos dados já coletados.

Os dados obtidos no questionário e nas rodas de conversa foram categorizados segundo a perspectiva de Análise de Conteúdo desenvolvida por Bardin (1977). Assim, chegamos à constituição do que a autora denomina como sendo um *corpus*. Nas próximas seções apresentaremos esses dados em diálogo com a literatura.

Reformas empresariais da educação, desvalorização do magistério e implicações para o ensino remoto

O desmonte das políticas de proteção social remonta o final da década de 1980, como parte de um conjunto de medidas globais que visavam o enfraquecimento dos estados nacionais e o fortalecimento da economia de mercado. A pandemia, que assombra o mundo desde o início de 2020, foi favorecida ao encontrar Estados fragilizados no estabelecimento de políticas públicas de caráter social, após o recrudescimento do neoliberalismo. Com base em Dardot e Laval (2014), compreendemos o neoliberalismo para além de uma ideologia ou política econômica, mas como a razão do capitalismo contemporâneo, derivando num

“conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (FREITAS, 2018, p. 26). Concorrência esta que, na visão dos neoliberais, é afetada pela interferência estatal, que obstaculiza as liberdades individuais.

Para a racionalidade neoliberal, o livre mercado naturalmente produz o avanço social, “depurando a ineficiência através da concorrência” (FREITAS, 2018, p. 31). Assim, o neoliberalismo busca alterar a própria concepção do Estado como garantidor de direitos básicos às suas populações, amparado num discurso de ineficiência estatal e de combate à crise fiscal, esta última, segundo o diagnóstico dos neoliberais, derivada de políticas estatais suavizadoras dos efeitos nefastos da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora e sobre a natureza.

A crise fiscal é, para Freitas (2021), uma das cinco dimensões da crise sistêmica que o capitalismo enfrenta, juntamente com as crises de acumulação, do valor e a ecológica, considerada por ele a mais grave, bem como pela crise em curso gerada pelo avanço da Inteligência Artificial.

A expansão da mercantilização para todas as áreas sociais até então providas pelo Estado, como a educacional e a da saúde, bem como a introdução de novas tecnologias no processo de trabalho, fazem parte da estratégia do capitalismo contemporâneo para manter-se como o modo de produção, de consumo e de vida majoritário no planeta, e de proteção das elites dos efeitos da crise sistêmica. Em razão deste movimento ascendente, tanto o coronavírus quanto a exclusão educacional e a precarização da profissão docente, encontraram terreno fértil para se propagarem durante a pandemia, evidenciando as fragilidades já existentes nos sistemas de saúde e educacional.

No Brasil, este modelo predatório neoliberal engendra reformas educacionais sucessivas, atualmente assentadas numa base neoliberal em aliança com o neoconservadorismo. Para Freitas (2021), além dos efeitos de mercantilização da educação descritos acima, a racionalidade neoliberal busca, também, a mercantilização das próprias relações entre professores e alunos, mediadas agora por tecnologias, objetivo que pode ter sido favorecido pelo ensino remoto.

Neste cenário, a precarização do trabalho docente ganha destaque, acompanhada pela desvalorização do magistério e um conjunto de desafios impostos por novas demandas que devem ser enfrentadas pelas professoras, muitas vezes, sem a necessária contrapartida das redes educacionais.

Em 2020, sob os efeitos da pandemia, o CNE expede o Parecer 02, de 28 de abril, sobre a "Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19", elencando como desafio da educação em tempos de pandemia a garantia do atendimento das competências e dos objetivos de aprendizagens previstos na BNCC.

A conjugação do avanço das reformas empresariais na educação brasileira e o aparecimento da pandemia favoreceram o cenário estabelecido pelo Parecer acima, de fortalecimento das atividades não presenciais como estratégia para contenção da contaminação pelo coronavírus, suspendendo as aulas presenciais em todo o país e materializando o que se passou a chamar de ensino remoto.

O principal argumento para adesão ao ensino remoto foi se tratar de uma solução emergencial. Todavia, como mostraram Saviani e Galvão (2021), o ensino remoto acabou sendo colocado como única possibilidade de substituição ao funcionamento das escolas. Assim, os autores demonstram que "o 'ensino' remoto se encontra no bojo de uma adaptabilidade muito desejável ao capital" (*Idem*, p. 43). De fato, a educação foi transformada em um mercado aquecido em plena pandemia, com a participação de empresas que passaram a ofertar desde plataformas educacionais, jogos e diversos softwares, a partir do uso imprescindível de ferramentas como o facebook, youtube e whatsapp.

Frente a esta nova realidade, muitas vezes sem um efetivo apoio das mantenedoras, as professoras passaram a enfrentar com diferentes estratégias um cenário de desconforto, de preocupação e de apreensão. Após, a próxima seção irá discutir os dados da pesquisa.

Resultados e Discussão

Com o isolamento social necessário para conter a expansão da epidemia por Covid-19, as atividades presenciais nas escolas municipais investigadas foram canceladas em março de 2020. A gestão municipal priorizou o isolamento social e não definiu uma política única oficial para o conjunto das escolas. Somente em outubro daquele ano houve a deliberação de que as escolas desenvolvessem atividades remotas.

Ao longo desse período, uma iniciativa foi priorizada pela gestão municipal, a de distribuir nas casas das famílias dos estudantes a merenda escolar. Essa medida foi de grande impacto econômico e social, até que foi impedida pelo Ministério Público, tendo em vista ser 2020 um ano eleitoral e esta medida ter sido questionada na justiça.

Mesmo antes de a decisão da gestão municipal ter sido tomada no sentido da adesão

das escolas ao ensino remoto, muitas professoras dedicavam-se para manter o vínculo das crianças com as escolas, procurando desenvolver diferentes atividades com seus alunos. Conforme os dados coletados junto às professoras dos anos iniciais da rede municipal, até setembro de 2020, 41% das professoras estavam desenvolvendo atividades de forma não presencial com as crianças.

Ao serem questionadas sobre a qualidade do ensino remoto, 32% das professoras entendem que a educação remota não atinge os objetivos escolares ou é um problema para os professores, para as crianças e para as famílias. Outras 31% das professoras entendem que o ensino remoto é uma alternativa de meio termo para garantir o vínculo das crianças com a escola. Apenas 16% das professoras entendem que o ensino remoto é uma boa solução para os problemas da educação durante a pandemia. Fica evidente que o ensino remoto não tem a concordância da grande maioria das professoras no que tange a possibilidade de cumprir com os objetivos educacionais.

Em relação às ferramentas e materiais utilizados durante o trabalho remoto, a opção mais adotada pelas professoras foi o WhatsApp, chegando a 46%. Em seguida aparece o facebook, utilizado por 17% das professoras, seguido pelo youtube com 11%. Apenas 12% das professoras utilizam materiais impressos ou apostilas. Outras 29% utilizaram outras estratégias diferentes dessas. Fica patente que as principais ferramentas necessitam de acesso digital e de equipamentos para que a comunicação se efetive, agravando os casos de exclusão educacional.

Isto pode ser confirmado quando questionadas sobre quais os maiores desafios do ensino remoto na alfabetização. Para 32% das professoras, os alunos apresentam dificuldade de acesso aos materiais disponibilizados ou não dispõem dos equipamentos necessários para realizar as aulas ou, ainda, dão pouco retorno das atividades. Esse percentual cresce para 71% quando se soma os 39% de respostas que entendem que o maior desafio é conseguir que os alunos realizem as atividades propostas.

Sem dúvida, a falta de uma política governamental, especialmente em nível federal, visando democratizar o acesso à internet e possibilitar que todos estudantes tenham um equipamento para se conectar, é um fator decisivo para o impedimento dos alunos à realização das atividades propostas e, também, manter algum vínculo com a escola.

Conforme anunciamos no início deste artigo, o ensino remoto foi colocado como única possibilidade de substituição ao funcionamento das escolas. No entanto, como também procuramos evidenciar, essa suposta alternativa é precarizada e não atende minimamente a uma educação de qualidade.

O ensino remoto pode ser, portanto, caracterizado como pouco ensino e pouca aprendizagem, pouco diálogo e pouca ou nenhuma capacidade para manter o vínculo das

crianças com as escolas, mas como um ávido desejo do mercado na busca pela mercantilização da educação, além do agravante de que os meios de trabalho, que são obrigação do empregador, de modo geral acabaram sendo providos pelas professoras.

Considerações Finais

A partir da análise dos dados, verificamos que o município somente em outubro de 2020 orientou as escolas para que trabalhassem no formato do ensino remoto. As desigualdades educacionais brasileiras pré-existentes foram potencializadas na pandemia, como produto das sucessivas reformas empresariais que afetam a escola pública, somada a ausência de uma política estatal coordenada entre os entes federativos para dar resposta aos efeitos da pandemia. O necessário processo de democratização da educação básica e de qualidade para todos não se dará sem a valorização das profissionais da educação (OLIVEIRA, 2020; SAVIANI, 2021).

De modo geral as professoras se mobilizaram para estabelecer um vínculo com seus alunos, mas tiveram essa tarefa extremamente dificultada pela falta de condições de acesso por parte dos estudantes à internet, por um lado e, por outro, pela fragilização do Estado e sua incapacidade de enfrentar com mecanismos institucionais às agruras decorrentes da pandemia.

Ficou evidente o compromisso do magistério em enfrentar as dificuldades e procurar alternativas para levar a educação até às crianças. Todavia, esse caminho é uma trajetória coletiva que, sem a participação do Estado, será sempre árido, tortuoso e necessitará de muita luta para se efetivar.

Referências

- BACKES, D. S., COLOMÉ, J. S., ERDMANN, R. H., & LUNARID, V. L. (2011). Grupo focal como técnica de coleta e análise de dados em pesquisas qualitativas. **O mundo da saúde**, 35(4), 438-42. doi:10.15343/0104-7809.2011354438442
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Edições 70, 1977.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FREITAS, Luiz Carlos de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- FREITAS, Luiz Carlos de. Solenidade de Abertura dos 45 Anos da Faculdade de Educação – FaE/UFPel. **Reformas Empresariais e o Ensino Híbrido**. 2021. Canal da FaE/UFPel no YouTube. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=J1m25JBaDKc&t=5519s&ab_channel=FaculdadedeEduc

a%C3%A7%C3%A3oUFPel. Acesso em: 24 jun. 2021.

HARVEY, David. Política anticapitalista em tempos de COVID-19. DAVIS, Mike *et al.* **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020. p. 13-23.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Reorganização Gerencialista da Escola e Trabalho Docente. **Educação: Teoria e Prática**, vol. 21, n. 38, p. 59-78, out./dez. 2011. Disponível em:

<https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/5265/4147>.

Acesso em: 29 jun. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. DIRETORIA DE ESTATÍSTICAS EDUCACIONAIS. **Censo da Educação Básica 2020:**

Resumo Técnico. Brasília: Inep/MEC, 2021. Disponível em:

http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/6993007. Acesso em: 24 jun. 2021.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Informe quinzenal sobre saúde global e diplomacia em saúde: 5 a 17 de maio de 2021**. Brasília: Ministério da Saúde, 2021.

Disponível em:

https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos/informe_cris_8-21_saude_global_e_diplomacia_saude.pdf. Acesso em 24 jun. 2021.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, Dossiê Ensino Público, São Paulo, n. 127, p. 27-40, out./dez. 2020. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/revusp/issue/view/11832/1926>. Acesso em 24 jun. 2021.

PELLANDA, Andressa. Crise da educação só termina se governo Bolsonaro for impedido. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Brasília, ano 14, n. 164, jun. 2021, p. 4-5.

SAVIANI, Demerval; GALVÃO, Ana Carolina. Educação na pandemia: a falácia do “ensino remoto”. **Universidade e Sociedade**, ANDES-SN, Brasília, n. 67, p. 36-49, jan. 2021.

Disponível em:

https://www.andes.org.br/img/midias/0e74d85d3ea4a065b283db72641d4ada_1609774477.pdf. Acesso em 24 jun. 2021.

UNICEF Brasil; CENPEC Educação. Cenário da Exclusão Escolar no Brasil: Um alerta sobre os impactos da pandemia da COVID-19 na Educação. Abril de 2021. Disponível em:

<https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil>. Acesso em 20 jun. 2021